

Centro Social Paroquial do Padrão da Légua
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 502073179
Moeda: (Valores em Euros)

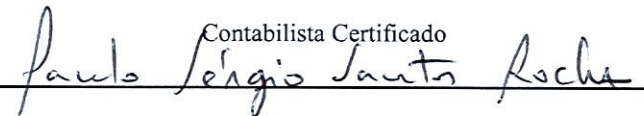
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	127 565,65	147 129,05
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	16 715,25	16 173,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		144 280,90	163 302,93
Activo corrente			
Inventários	7	6 378,79	9 948,99
Créditos a receber	11.2	28 169,54	28 630,15
Estado e outros entes públicos	11.9	5 691,20	15 565,54
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	11.4	54 551,59	66 439,32
Outros ativos correntes	11.3 e 11.5	123 971,65	89 355,46
Caixa e depósitos bancários	11.6	108 625,85	296 871,06
		327 388,62	506 810,52
Total do ativo		471 669,52	670 113,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	1 273,02	1 273,02
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.7	-2 130,52	16 019,90
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	24 132,60	32 176,80
		23 275,10	49 469,72
Resultado líquido do período		-59 214,59	-18 150,42
Total dos fundos patrimoniais		-35 939,49	31 319,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	112 955,54	132 675,39
Estado e outros entes públicos	11.9	41 701,46	58 682,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11.4	19 275,00	51 550,76
Outros passivos correntes	11.10	333 677,01	395 885,19
		507 609,01	638 794,15
Total do passivo		507 609,01	638 794,15
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		471 669,52	670 113,45



A Direção

Fátima Gouveia

Glória Carvalho




Contabilista Certificado

Centro Social Paroquial do Padrão da Légua
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 502073179

Moeda: EUROS

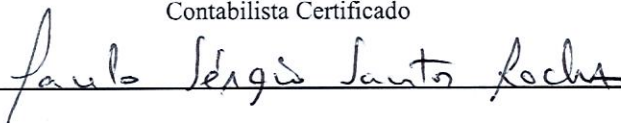
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	1.372.958,27	1.266.414,36
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	1.342.197,28	1.104.027,45
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	87.356,11	77.024,20
Fornecimentos e serviços externos	11.12	746.850,74	697.649,69
Gastos com o pessoal	9	1.896.977,76	1.634.736,10
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.5	-3.633,36	2.389,21
Outros rendimentos	11.13	16.412,57	53.737,95
Outros gastos	11.14	35.957,63	4.988,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-31.940,76	7.392,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	28.311,11	25.641,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-60.251,87	-18.249,30
Juros e rendimentos similares obtidos	11.15	1.037,28	98,88
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-59.214,59	-18.150,42
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-59.214,59	-18.150,42

 A Direção

Fátima Gouveia

Alma Carallo

Contabilista Certificado



Centro Social Paroquial do Padrão da Légua
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

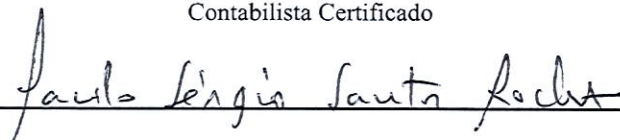
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 398 029,58	1 288 390,75
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-851 309,01	-727 540,31
Pagamentos ao pessoal		-1 288 416,71	-1 110 569,44
Caixa gerada pelas operações		-741 696,14	-549 719,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		527 004,96	692 431,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-214 691,18	142 712,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-9 165,83	8 072,09
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		826,09	482,36
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		50,47	57,67
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-8 289,27	8 612,12
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		34 735,24	22 081,62
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		34 735,24	22 081,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-188 245,21	173 406,65
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		296 871,06	123 464,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		108 625,85	296 871,06

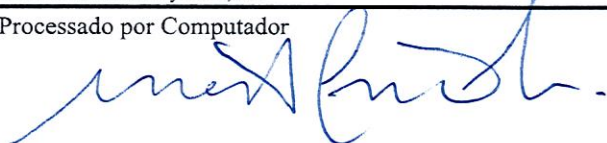
 A Direção

Fátima Gouveia

 Glória Carvalho

Contabilista Certificado

 Paulo Sérgio Santos Rocha





Centro Social Paroquial do Padrão da Légua

Anexo

22 de maio de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6	Ativos Intangíveis	14
7	Inventários	15
8	Rédito	15
9	Benefícios dos empregados	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
11	Outras Informações.....	17
11.1	Investimentos Financeiros	17
11.2	Clientes e Utentes	17
11.3	Outras contas a receber	18
11.4	Diferimentos	18
11.5	Outros Ativos Financeiros	19
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
11.7	Fundos Patrimoniais.....	19
11.8	Fornecedores	20
11.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
11.10	Outras Contas a Pagar.....	20
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	21
11.12	Fornecimentos e serviços externos.....	21
11.13	Outros rendimentos.....	22
11.14	Outros gastos	22
11.15	Resultados Financeiros.....	23
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	23

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial do Padrão da Légua (CSPPL) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com registo no Livro 3 das Fundações de Solidariedade Social fls. 107, sob o número 14/87 de 26 de fevereiro de 1987.

A sua sede fica localizada na Travessa Padre Manuel Bernardes, nº 20, 4465-684, na União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, concelho de Matosinhos.

O Centro Social Paroquial do Padrão da Légua engloba o Infantário "Encanto", o Lar "Mãe de Jesus" e o Centro de Dia "Padre Barros", com as seguintes respostas sociais:

- Creche:	Acordo: 40 utentes	Frequência média: 40 utentes
- Pré-escolar	Acordo: 106 utentes	Frequência média: 96 utentes
- CATL	Acordo: 80 utentes	Frequência média: 38 utentes
- Sala de Estudo	Sem Acordo	Frequência média: 68 utentes
- ERPI	Acordo: 95 utentes	Frequência média: 98 utentes
- Centro de Dia	Acordo: 30 utentes	Frequência média: 28 utentes

Os órgãos sociais do CSPPL são a Direção e o Conselho Fiscal, que são nomeados pelo Sr. Bispo do Porto sob proposta da Paróquia do Padrão da Légua. A Direção é composta por 5 (cinco) elementos: Presidente, Tesoureira, Secretário e 2 (dois) Vogais. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) elementos: Presidente e 2 (dois) Vogais.

A missão do CSPPL é contribuir para a promoção integral quer de crianças quer dos idosos, correspondendo às suas necessidades e expectativas, mas sem querer substituir as famílias, num espírito de solidariedade humana e cristã.

O CSPPL tem um olhar atento às diversas situações de necessidades sociais que o envolvem, dando uma resposta concreta e capaz, humanizando e valorizando as pessoas que ao Centro Social recorrem.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Baseados no valor cristão da caridade, pretendem:

- Apoiar o desenvolvimento humano de cada utente
- Promover um espírito de solidariedade
- Fomentar o bem-estar
- Desenvolver ações que tendam à promoção e realização pessoal.



2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.



3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao



portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	112 083,43					83 393,43
Equipamento básico	313 102,52					318 044,16
Equipamento de transporte	91 730,23					152 469,23
Equipamento administrativo	443 826,32					446 257,02
Outros ativos fixos tangíveis	72 874,83					86 824,53
Total	1 033 617,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1 086 988,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	28 604,92					23 961,00
Equipamento básico	301 934,52					306 239,70
Equipamento de transporte	91 105,23					102 865,75
Equipamento administrativo	431 779,77					437 081,36
Outros ativos fixos tangíveis	67 505,91					69 711,51
Total	920 930,35	0,00	0,00	0,00	0,00	939 859,32

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	83 393,43					83 393,43
Equipamento básico	318 044,16	862,42				318 906,58
Equipamento de transporte	152 469,23					152 469,23
Equipamento administrativo	446 257,02	4 615,54				450 872,56
Outros Ativos fixos tangíveis	86 824,53	3 269,75				90 094,28
Total	1 086 988,37	8 747,71	0,00	0,00	0,00	1 095 736,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	23 961,00	1 667,88				25 628,88
Equipamento básico	306 239,70	4 240,86				310 480,56
Equipamento de transporte	102 865,75	12 147,80				115 013,55
Equipamento administrativo	437 081,36	6 295,94				443 377,30
Outros Ativos fixos tangíveis	69 711,51	3 958,63				73 670,14
Total	939 859,32	28 311,11	0,00	0,00	0,00	968 170,43

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18 405,39					18 405,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	18 405,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18 405,39
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18 405,39					18 405,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	18 405,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18 405,39

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18 405,39					18 405,39
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	18 405,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18 405,39
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de	18 405,39					18 405,39

Computador						
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	18 405,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18 405,39

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022			2023			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	1 676,65	0,00	0,00	3 053,79	36 375,86	- 2443,15	2 443,50
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 298,96	0,00	0,00	6 895,20	49 853,20	0,00	3 935,29
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	7 975,61	0,00	0,00	9 948,99	86 229,06	0,00	6 378,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				77 024,20			87 356,11
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	58 506,77	51 779,57
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 302 517,70	1 203 266,57
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	409,25	782,32
Serviços Secundários	11 524,55	10 585,90
Total	1 372 958,27	1 266 414,36

Os Rendimentos de patrocinadores incluem a verba referente às comissões faturadas pelas máquinas de "Vending" existentes no Centro Social.

Os Serviços secundários incluem a faturação de serviços disponibilizados, como são exemplo: passeios de utentes, colónia balnear e serviços de costura.

9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais do CSPPL são a Direção e o Conselho Fiscal, que são nomeados pelo Sr. Bispo do Porto sob proposta da Paróquia do Padrão da Légua. A Direção é composta por 5 (cinco) elementos: Presidente, Tesoureira, Secretário e 2 (dois) Vogais. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) elementos: Presidente e 2 (dois) Vogais.

Os órgãos diretivos são voluntários e não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade em 2022 foi de 107 e em 2023 foi de 105.

Em 2023, a distribuição dos funcionários, por respostas sociais, era a seguinte:

- Creche – 9 funcionários
- Pré-escolar – 18 funcionários
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 8 funcionários
- Sala de Estudo – 4 funcionários
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – 63 funcionários
- Centro de Dia – 3 funcionários

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 537 410,47	1 322 417,24
Benefícios Pós-Emprego	1 763,94	1 597,00
Indemnizações	2 982,53	4 838,79
Encargos sobre as Remunerações	313 734,65	266 989,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	36 325,33	27 179,28
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4 760,84	11 714,19
Total	1 896 977,76	1 634 736,10

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	16 715,25	16 173,88
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	16 715,25	16 173,88

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	28 169,54	28 630,15
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	28 169,54	28 630,15

11.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	103 766,02	63 801,35
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	8 981,84
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	103 766,02	72 783,19

Na parte dos devedores por acréscimo foram considerados os seguintes itens:

- Valores a receber da Segurança Social - além do montante de 2.377,82 EUR, referente a períodos anteriores e que ainda não foram liquidados pela Segurança Social, foram considerados os seguintes valores: participação da gratuidade da creche, de dezembro/23, no montante de 5.512,38 EUR; valor da participação do pré-escolar, referente aos NEE, de dezembro/23, no valor de 656,28 EUR; compensação financeira do diferencial remuneratório das educadoras de infância, no valor de 87.849,12 EUR; adicional em ERPI referente ao mês de dezembro/23 no montante de 729,12 EUR;
- Valor a receber do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no montante de 5.493,48 EUR, referente ao projeto de estágio profissional na área social, que termina em janeiro de 2024;
- Foram também incluídos os juros (986,81 EUR) e outras receitas diferidas (161,01 EUR) a receber em 2024, referente ao período de 2023.

11.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Obras em propriedade alheia	48 326,62	60 414,85
Outras despesas c/ custo diferido	6 224,97	6 024,47
Total	54 551,59	66 439,32
Rendimentos a Reconhecer		
Outras receitas c/ proveito diferido	19 275,00	51 550,76
Total	19 275,00	51 550,76

Os diferimentos considerados em 2023 dizem respeito aos seguintes gastos: obras em propriedade alheia, subdivididas por anos, a serem amortizados anualmente à taxa utilizada para as depreciações dos ativos fixos tangíveis. Esta amortização anual é registada na conta

62264 (conservação e reparação em edifícios de comodato). As outras despesas com custos diferidos são relativas a seguros, trabalhos especializados de desratização, aluguer de equipamentos, renovação do antivírus e do domínio *plegua*, pagos no final deste período que dizem respeito ao período seguinte, ou seja, ao ano de 2024.

Em relação aos rendimentos a reconhecer, é referente ao valor recebido da Segurança Social, em dezembro de 2023, no âmbito dos apoios extraordinários e do adiantamento parcial da atualização para 2024, previstos no Compromisso de Cooperação para o Biénio 2023/2024, celebrado no dia 07/12/2023.

11.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2023	2022
Outros instrumentos financeiros	20 205,63	16 572,27
Total	20 205,63	16 572,27

Foi feita a atualização do valor dos Instrumentos Financeiros, tendo em conta o saldo da carteira a 31 de dezembro de 2023.

Essa atualização originou um aumento de justo valor, no montante de 3.633,36 EUR (Conta 772).

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	2 297,75	9 661,91
Depósitos à ordem	6 328,10	187 209,15
Depósitos a prazo	100 000,00	100 000,00
Outros		
Total	108 625,85	296 871,06

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 273,02	0,00	0,00	1 273,02
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	16 019,90	0,00	-18 150,42	-2 130,52
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras variações nos fundos patrimoniais	32 176,80	0,00	-8 044,20	24 132,60
Total	49 469,72	0,00	-26 194,62	23 275,10

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	112 955,54	132 675,39
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores c/faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	112 955,54	132 675,39

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 691,20	15 565,54
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5 691,20	15 565,54
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	210,71	273,58
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7 082,63	7 064,75
Segurança Social	34 408,12	50 893,24
Outros Impostos e Taxas	0,00	451,24
Total	41 701,46	58 682,81

11.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		267 730,49		231 739,49
Outros credores		65 946,52		164 145,70
Total	0,00	333 677,01	0,00	395 885,19

Nos credores por acréscimo de gastos, além do valor das remunerações a liquidar em 2024 e respetivos encargos com a Segurança Social, referente ao subsídio de férias, retroativos e férias vencidas a 01 de janeiro de 2024 respeitante ao ano de 2023, no montante previsto de

248.649,97 EUR, registamos o valor de 7.089,67 EUR referente ao montante a descontar nas participações que serão pagas pela Segurança Social em 2024, mas que são referentes ao ano de 2023:

- Acerto nas participações do Pré-escolar referente ao mês de dezembro/23: 889,25 EUR;
- Acerto nas participações do CATL referente ao mês de dezembro/23: 1.165,02 EUR;
- Acerto nas participações referentes à E.R.P.I. respeitante ao mês de dezembro/23: 5.035,40 EUR.

Além destes acertos, foram contemplados outros gastos e despesas, no valor de 11.990,85 EUR, que serão pagas em 2024, mas cujo o período de referência correspondente é o ano de 2023, nomeadamente em eletricidade, água, gás, higiene e segurança no trabalho e outras despesas diferidas.

O valor referente a outros credores, inclui o saldo dos sindicatos (146,98 EUR), o saldo de prestadores de serviços (121,87 EUR) e utentes da resposta social E.R.P.I. (65.677,67 EUR).

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos:	1 219 069,30	1 062 949,19
Segurança Social (Participações)	1 203 933,06	1 041 730,87
Apoio ao combate da COVID-19	0,00	7 411,06
Instituto Emprego e Formação Profissional	15 136,24	6 583,26
Outros Organismos Públicos	0,00	7 224,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	123 127,98	41 078,26
Legados	0,00	0,00
Total	1 342 197,28	1 104 027,45

Os subsídios recebidos durante o ano de 2023, incluem as participações da Segurança Social, respeitantes às respostas sociais disponibilizadas pela Instituição e o valor pago pelo I.E.F.P. – Instituto de Emprego e Formação Profissional, referente ao projeto 0058/TE/23, abrangendo duas beneficiárias de estágios profissionais, na área de serviços social.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	323 846,18	299 379,36

Serviços especializados	219 208,12	210 124,92
Materiais	20 541,31	23 873,01
Energia e fluidos	97 589,30	92 488,02
Deslocações, estadas e transportes	464,53	962,73
Serviços diversos	85 201,30	70 821,65
Total	746 850,74	697 649,69

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	4 094,81	7 408,77
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	9,70
Recuperação de dívidas a receber	626,41	557,84
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	37 717,44
Outros rendimentos	11 691,35	8 044,20
Total	16 412,57	53 737,95

A parcela de Outros Rendimentos, no montante de 11.691,35 EUR, é referente à imputação do subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos, para a compra da viatura afeta ao transporte da Terceira Idade, no valor de 8.044,20 EUR e o restante foi o valor angariado em atividades de Ação Social.

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	1 610,00	1 629,04
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	8 014,24	1 531,02
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	26 333,39	1 828,20
Total	35 957,63	4 988,26

O valor inscrito na rubrica de Outros Gastos, no montante de 26.333,39 EUR, diz respeito a correções de períodos anteriores, nomeadamente as seguintes:

- Acerto do valor devido, pago à companhia de seguros que gere os acidentes de trabalho ocorridos em 2022, no valor de 1.581,46 EUR;

- Diferença apurada entre o valor previsto a receber em 2023, na candidatura ao diferencial remuneratório das educadoras e o valor efetivamente transferido, no montante de 11.680,68 EUR;
- Valor pago pela Instituição à Segurança Social, como entidade contratante de um prestador de serviços, referente ao trabalho prestado no ano anterior, no montante de 1.007,53 EUR;
- Retroativos pagos aos funcionários, referente a remunerações de 2022, no valor total de 7.582,12 EUR;
- Valor pago à Segurança Social, devido a acertos verificados no apoio do Layoff em 2021, no montante de 4.438,44 EUR.

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 037,28	98,88
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 037,28	98,88
Resultados Financeiros	1 037,28	98,88

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça do Balio, 22 de maio de 2024

O Contabilista Certificado

Paulo Sérgio Santos Rocha

A Direcção

Fátima Gouveia

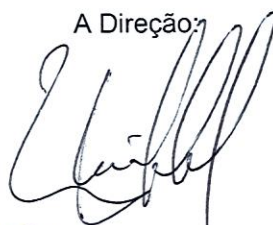
Alvaro Carlos

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social Paroquial do Padrão da Légua, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

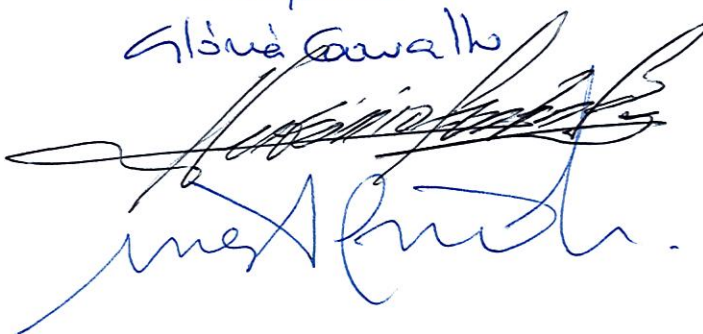
1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2023 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.plegua.pt até 31 de maio de 2024.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade:
 - Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

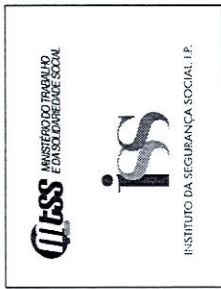
A Direção:



Fátima Gouveia

Glória Carvalho





MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">ANO</td> <td style="width: 50%;">2023 (1)</td> </tr> <tr> <td>NISS</td> <td>20010124839</td> </tr> <tr> <td>NIPC</td> <td>502073179</td> </tr> </table>	ANO	2023 (1)	NISS	20010124839	NIPC	502073179
ANO	2023 (1)						
NISS	20010124839						
NIPC	502073179						

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º A 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º AO 50.º ANO (8)	A débito (10)		A crédito (11)	Outros débitos (12)	Outros créditos (13)	
593	SUBSÍDIOS													
59323	C. Municipal de Matosinhos - Viatura Adaptada	2022	40 221,00	20%	8 044,20	0,00	0,00	0,00	32 176,80	8 044,20				24 132,60
	TOTAL SUBSÍDIOS C. M. MATOSINHOS		40 221,00		8 044,20	0,00	0,00	0,00	32 176,80	8 044,20	0,00	0,00	0,00	24 132,60
43	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS													
4334	Ford Transit L3H2 - Viatura Adaptada	2022	60 739,00	20%	12 147,80	0,00	0,00	0,00	49 603,48	12 147,80	0,00	0,00	0,00	37 455,68

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

ATAS

Folha 16

Acta nº 576

Aos vinte e nove de Maio de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Direcção do Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua, contribuinte fiscal nº 502 073 179, Instituição Particular de Solidariedade Social, inscrita no Livro 3 das Fundações de Solidariedade Social a folhas 107 nº 14/87, na sua sede social sita na Travessa Padre Manuel Bernardes, número vinte, freguesia de Leça do Balio, concelho de Matosinhos, estando presentes todos os seus elementos, Presidente - Padre Joaquim Mário Areal Andrade, Tesoureira - Maria de Fátima Lopes Pinto Gouveia, Secretário - Marcos António Cardoso Martins Quintas, e Vogais - António Santos Oliveira e Glória Augusta Araújo Carvalho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

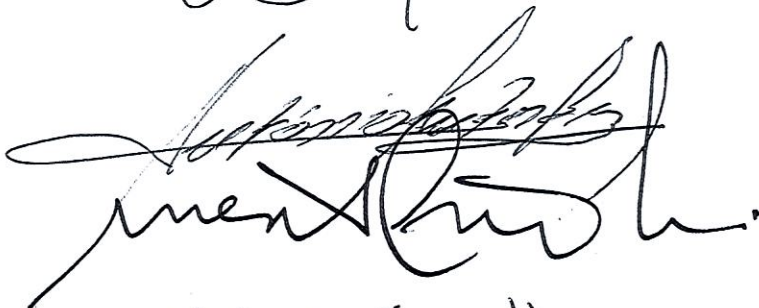
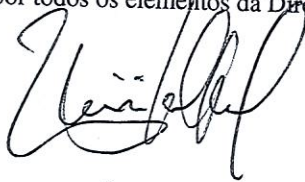
Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois mil e vinte e três. ----

Presidindo à reunião o Presidente da Direcção, Sr. Padre Joaquim Mário Andrade, tomou a palavra para salientar a importância desta reunião pelo facto de por esta forma se assegurar o cumprimento dos requisitos formais exigidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social pela entidade que as tutela, a Segurança Social, bem como para se congratular com o cumprimento do prazo aplicável. -----

Seguiu-se de imediato a análise e discussão do ponto único da ordem de trabalhos tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas pela Tesoureira, Maria de Fátima Lopes Pinto Gouveia, destacando-se desde logo a conformidade destas com o SNC para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado líquido negativo de dezoito mil, cento e cinquenta euros e quarenta e dois cêntimos (- € 59.214,59) e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e três. -----

Verificadas as contas e o respectivo resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e vinte e três e afectar o saldo da conta resultados líquidos à conta de resultados transitados. -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, lavrando-se dela a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada por todos os elementos da Direcção presentes. -----



Glória Augusta
Fátima Gouveia

24

ATAS

ATA Nº 82

Aos trinta e um de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu o Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial do Padrão da Légua, Instituição Particular de Solidariedade Social, na sua Sede Social, sita na Travessa Padre Manuel Bernardes, número vinte, Freguesia de Leça do Balio, Concelho de Matosinhos, estando presentes todos os seus elementos. Presidente, Serafim dos Anjos Pereira Madanços, 1º vogal José António Quintas Maia Ferreira, 2º Vogal Fernando Eurico Pereira Correia, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto Único: Apreciação e análise das contas referentes ao período de dois mil e vinte e três.-----
-Verificadas estas, constatou-se que todas cumpriram o exigido e estavam de acordo com as normas contabilísticas.-----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os seus elementos.

Serafim dos Anjos Pereira Madanços
José António Quintas Maia Ferreira
Fernando Eurico Pereira Correia